

Telma América Venturelli e Jales Ramos Marques



DA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NA S O C I E D A D E PARA A EDUCAÇÃO NO L E G I S L A T I V O

Breve conceituação de Educação

Aristóteles definiu tecnologia como sendo a arte do homem em seu processo de transformação do mundo. E este, se pensarmos bem, não cabe em um só conceito. A certa altura da história a humanidade se limitava ao planeta terra, onde “o céu era o limite” e entendeu-se que sua possessão foi dada ao homem. Em muitos lugares onde floresceu a humanidade tinha-se o entendimento de que o homem reinava soberano sobre o mundo e tudo que ele contivesse. Isto pode ter levado o homem durante muitos séculos a crer que suas ações sobre os seres e as coisas seriam consequência natural de um direito herdado ou conquistado, não cabendo julgamento de valores senão aqueles que justificassem ou mesmo confirmassem esse poder.

Nos tempos de hoje, tende-se a entender o mundo como sendo dotado de natureza e vida que não pertencem ao homem; pelo contrário, a relação de poder tem se invertido e toda e qualquer ação do homem sobre as coisas precisa ser autorizada não somente pela ética como também por um conjunto complexo de interesses.

Ora, se o mundo foi transformado pelo homem até o ponto de ter se podido compreender que a relação entre ambos não era de possessão, mas sim de

concessão, este processo levou o homem a criar estruturas que garantissem, durante as passagens das gerações, a sucessiva e progressiva confecção do que chamaremos neste artigo de consciência. Qualificamos como consciência todo o conjunto de estruturas mentais que permitem ao homem se outorgar o direito de mudar o mundo, dando nome e significado às coisas segundo sua capacidade, percepção, história e, talvez o mais intrigante, seus desejos.

Para compreender como a humanidade imbuíu-se do direito de transformar o mundo segundo suas necessidades é importante compreender que toda ação possui um conjunto de interesses que a justificam. Assim foi na passagem do matriarcado para o patriarcado e na substituição da mão-de-obra escrava por trabalhadores livres, citando exemplos históricos distintos e absolutamente relevantes.

Desde as primitivas formas de organização da humanidade, a grande justificativa da ação do homem sobre o mundo foi sua sobrevivência, sua perpetuação. Ora, nenhum ser por mais efêmera que fosse sua existência faria outra coisa, caso lhe fosse dado alguma forma de lutar por isso. Não se pode negar que a

permanência no existir tem representado a grande pulsão do homem.

De certo modo, a humanidade tem garantido sua perpetuação com cada vez mais sofisticação sem, contudo, ter conseguido ainda ser perene. A imortalidade seria o grande triunfo do homem sobre o mundo, porém o imperativo da morte levou o homem a construir em torno de seus pares uma rede de estruturas, onde quem morre deixa para os que vivem seus pertences, que tanto podem ser suas conquistas sobre as coisas, quanto sua arte de transformar as coisas. Tem se percebido que o legado de alguém, quando se limita unicamente à materialidade, traz consigo contribuições que tendem a perder valor de uso à medida que as gerações se sucedem. Por outro lado, quando a herança de um para o outro é o domínio de uma arte, a configuração inicial de uma habilidade que levará à construção de uma tecnologia, a tendência de sua percepção e superação ao longo do tempo é muito alta. Não fosse assim, os sumérios teriam pouco significado para a humanidade, mas, além de inventar os primeiros veículos sobre rodas e os primeiros tornos de cerâmica, dominaram o mundo da representação gráfica, criando a primeira escrita baseada nos sons da língua¹. Toda a humanidade pôde herdar não somente suas habilidades com ferramentas, como também uma nova e revolucionária técnica de perpetuar a fala. Assim, ainda que já não existam povos legitimamente sumerianos, o seu legado à humanidade os tornou perpétuos.

Neste ponto, podemos intuir que a luta da humanidade em se imortalizar a tem levado a guardar seus feitos sob a forma de registros. Uma pequena parte dos feitos que sobreviveram na oralidade até o surgimento da escrita é conhecida até hoje e tem ajudado a compreender a longa caminhada do homem.

Detendo nosso foco no período anterior à escrita, veremos que o homem transformou o seu mundo quando comunicou a outros homens sua jornada. Quaisquer que fossem as formas que os homens primitivos tivessem encontrado para se comunicar com seus pares, o fato de expressarem seus pensamentos, representou a primeira grande revolução humana. Quando, em um ajuntamento de homens, foi possível estabelecer um conjunto de códigos comuns, em que toda a ação destes sobre o mundo pôde não somente ser partilhada como também pactuada, viu-se nascer ali uma cultura. Uma outra e mais importante revolução



estaria por acontecer no meio deste grupo. Não bastava que os adultos conhecessem os códigos, foi necessário fornecer às novas gerações o mesmo padrão de cultura, de consciência. Nasceu, assim, da necessidade e do desejo de permanecer no mundo sem ter sempre que começar do vazio, a grande arte do homem sobre si mesmo e sobre os outros, a educação.

Se voltarmos a Aristóteles, veremos que a educação é, na verdade, fruto da criativa ação do homem sobre o mundo, sobre a história, uma tecnologia empregada desde o seu princípio com a finalidade de construir consciência e gerar ou mesmo aperfeiçoar habilidades necessárias à sobrevivência imediata e à perpetuação de uma cultura.

Ainda que não possamos nos deter infinitamente no valor de uso da educação, cabe ainda comentar que a arte de educar garantiu a sobrevivência do

conhecimento e da cultura construídos e conquistados pelos grupos humanos; sua importância mudou sua natureza. Ora, se primitivamente era vital ensinar a cultura, à medida que o homem foi acumulando conhecimento e domando o mundo, o conhecimento se tornou mais importante que a educação, que o homem. Muito mais valioso do que a educação seria o saber acumulado que ela carrega em sua natureza essencial.

Se Platão estiver certo, sendo o homem mau em sua origem, à medida que conquistou o mundo à sua volta, construiu para si e para seus pares estruturas que os protegessem; só poderia haver um

Nasceu, assim, da necessidade e do desejo de permanecer no mundo sem ter sempre que começar do vazio, a grande arte do homem sobre si mesmo e sobre os outros, a educação.

empecilho para a sua total realização, a morte. Não há nada mais temido entre os homens do que ela! Em nome deste medo, os homens criaram a sua pior dependência: a acumulação. A acumulação gerou o poder. Se a educação é uma tecnologia que, empregada adequadamente, perpetua todo o saber de um povo até aquele ponto, logo sua acumulação gera mais poder do que geraria apenas possuir ouro ou armas.

Mas, não é o fato de educar que gera poder; é o produto do educar, o conhecimento, a consciência em última instância que leva a isto. Ao longo da história, os grupos humanos compreenderam que o poder advindo da acumulação de conhecimento trouxe outro ganho: o poder de decidir para quem, em que dose e como passar esse conhecimento para frente. Em quase todas as sociedades, a distribuição de educação e seus produtos tende a ser feita propor-

cionalmente à posição estratégica que cada indivíduo ocupa neste mundo.

Não se trata aqui da justificação da segregação; pelo contrário, assim como a relação entre mundo e homem tem mudado axiologicamente, o conhecimento tenderá a ser de menor valor do que o próprio homem; este é o nosso desejo, o nosso emblema.

Distribuir educação indistintamente foi emblema de muitos homens do passado, tem sido no presente e se perpetuará até que o homem domine mais esta arte. Em nome deste desejo, a educação tem sido um dos principais focos do ideário de libertação da dominação de um povo sobre o outro.

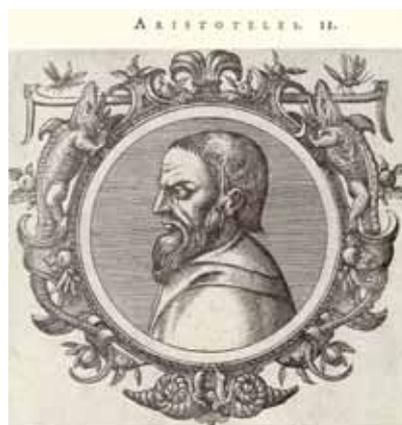
Em nome desta libertação, os grupos humanos têm diversificado as formas como educam. Algumas sociedades construíram estruturas fixas, dependentes ideológica e financeiramente e, assim, passíveis de serem controladas; outras optaram por sistemas relativamente abertos e indiretamente controlados.

O modelo de educação montado por uma sociedade reflete, via de regra, o valor estratégico que este grupo atribui à distribuição de conhecimento e à forma como projeta o seu futuro.

À medida que o homem foi se aperfeiçoando na arte de dominar o mundo, tendo criado para si um mundo privado chamado trabalho, suas preocupações e ocupações aumentaram e o saber de que necessita para entender e sobreviver assumiu volume e intensidade angustiantes. A escassez ou abundância de trabalho determinou em alguns momentos da história da humanidade as diretrizes para a distribuição de educação.

O trabalho, entendido como um conjunto organizado das ações dos homens sobre as coisas e os valores, tende a tornar-se raro à medida que o mundo tal qual o conhecemos escasseia seus recursos. O que nos leva a um novo

paradoxo: quanto mais rudimentar o trabalho, menor a necessidade de distribuição de conhecimento e quanto mais saber é posto à disposição dos homens menores serão suas chances de assumirem postos de trabalho, tendo em vista que as vagas são menores do que o número de pessoas dispostas a assumir aqueles postos. Lembrando Platão, podemos novamente intuir que não a



... a luta da humanidade em se immortalizar a tem levado a guardar seus feitos sob a forma de registros.

acumulação, mas sim a propriedade das vagas de trabalho, outorga ao grupo proprietário um grande poder de decisão.

Nossa análise aponta para o tripé educação-saber-trabalho como sendo um nó, cuja habilidade de desatar depende da capacidade de produzir novas artes e meios menos agressivos de dominação do mundo. Contudo, vemos adiante outro paradoxo para viabilizar novas formas de produção: é necessário continuar distribuindo educação. Para isto é preciso que o projeto de futuro desta ou daquela sociedade seja lidar com o mundo respeitando seus limites, uma revolução difícil de ser encaminhada em um mundo humanamente desigual e injustamente capitalista.

Se pudessemos nos deter nesta contradição, poderíamos compreender por que tantos jovens pobres ou ricos fracassam nos sistemas escolares em países cujos projetos de futuro, ou não são muito claros, ou pior, são pouco conhecidos e partilhados entre o conjunto de sua população. Ao contrário, em países onde a história de formação dos povos os encaminhou a uma construção solidária e responsável das suas comunidades, o nível das desigualdades educacionais tende a ser minimizado por políticas de proteção e garantia de direitos.

Segundo diversos autores, a educação não é uma panacéia salvadora da humanidade que leva o homem a distribuir ou a reter educação mais ou menos desigualmente. Contudo, não se pode negar que sua distribuição tenderá a gerar novos saberes, novas revoluções, uma vez que a assimilação dos signos e sua resignificação transformam o mundo historicamente vivido pelo homem.

Em nossa proposição inicial, que seria discutir neste artigo a Educação a Distância (EAD) e seu processo de construção, não pudemos nos furtar ao exercício de discutir primeiramente o que é educação e como o homem construiu para si este mecanismo de reprodução e revolução do conhecimento, sua maneira particular de permanecer para sempre.

A capacidade de superar obstáculos, apreendida pelo homem em seu percurso pelo mundo, tem transformado situações de falta² em momentos de criação. Nada mais estimulante para o ser humano do que encontrar um desafio diante de si. E foi assim que ao longo dos últimos quatro séculos, homens e mulheres alijados do processo educativo formal têm encontrado maneiras alternativas de acessar o conhecimento. Dentre estas formas, destaca-se a EAD que começou a partir de manuais do tipo “faça você mesmo”³ no

século XVIII e se popularizou um século depois com os cursos por correspondência. No século XX, a EAD utilizou o rádio e a televisão como meios de distribuição do conhecimento. Com o advento da Internet, a partir dos anos 80, pode-se testar a viabilidade de disseminar conhecimento de maneira totalmente virtual.

A EAD trilhou um caminho difícil até tornar-se reconhecida por sua eficácia e relevância. Primeiramente foi confundida com uma educação de menor valor por dedicar-se à formação profissional para carreiras pouco complexas e por dispensar grande parte do aparato dedicado ao ensino presencial. À medida que as tarefas no mundo do trabalho foram se tornando mais complexas e que a escassez de postos de trabalho, aliada à acumulação cada vez mais centralizada de capital, pressionaram os jovens mais pobres a abandonarem os sistemas de ensino presencial precocemente, a EAD fortaleceu-se como alternativa de formação básica e superior. Contudo, a grande desconfiança em torno da EAD residia na incredulidade de que o ser humano é capaz de aprender sozinho ou com pouca dependência de instrução externa. A necessidade de superar condições de vida pouco favorecidas, o desejo de reconhecimento e a satisfação pessoal são estímulos que levam os alunos desses cursos a encontrar força e tempo para adquirir o saber requerido.

O horizonte epistemológico da EAD reside justamente na autonomia e na capacidade do homem de aprender por conta própria. A partir do momento em que o saber é sistematicamente desmistificado, nada pode impedir o homem de adquiri-lo, a não ser o imperativo perverso da sua não distribuição.

Educação no Senado Federal

Conquanto houvesse iniciativas isoladas quanto à qualificação de servidores

das duas casas do Congresso Nacional, a transferência sistemática de conhecimentos e técnicas por meio do ensino só foi sistematizada após a criação do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN - nos primeiros anos da década de 70. O Ato de criação definia que aquele órgão teria como missão a modernização dos procedimentos e a otimização dos processos administrativos do Senado e dos processos legislativos das duas Casas do Congresso. Modernizar, vale dizer, é a maneira de incorporar novos métodos e técnicas que possam atuar diretamente nos processos e procedimentos. Foi com a utilização de ferramentas de auxílio e melhora da qualidade dos processos e procedimentos das áreas enfocadas que se iniciou o processo de transferência tecnológica e metodológica no Congresso Nacional.

Podemos dizer, então, que a educação no Senado Federal deu seus primeiros passos no Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal. Foi com este espírito que a equipe concentrou-se no levantamento das necessidades das frentes de trabalho. Foi então detectada e implementada a criação de um setor, naquele Centro de Informática, que se ocuparia da função de treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos de seus usuários. Foram

disponibilizados cursos presenciais aos funcionários das duas Casas nas áreas prioritárias à consecução dos objetivos pretendidos. Começava, assim, o processo de ensino e aprendizagem de forma sistemática dos servidores do Senado Federal, de setores da Câmara dos Deputados e do próprio PRODASEN. Este processo teve início com o treinamento na utilização de equipamentos e aplicativos, à época disponibilizados. Aos poucos, esse treinamento presencial foi sendo adaptado para um treinamento maciço, que embora acontecesse nas dependências do Centro de Treinamento do PRODASEN e fosse monitorado por instrutores, caminhava para uma outra relação entre treinando e ensino. Assim, começou-se a desenvolver alguns aplicativos na área de educação, do tipo “faça você mesmo”.

Por outro lado, começava também um outro processo de transferência de conhecimentos na qualificação técnica para o desempenho de funções no âmbito da informática no PRODASEN. Com o tempo, descobriu-se que era de vital importância a agregação de outros órgãos da estrutura dos outros Poderes da República. Começou, então, um processo de transferência de conhecimentos no uso da tecnologia baseada no PRODASEN para os Tribunais Superiores, para Ministérios e outros Organismos do Executivo Federal na disseminação de informações por meio da tecnologia de criação, alimentação e disponibilização de Bases de Dados.

A necessidade das Assembléias Legislativas de utilizar os recursos colocados ao dispor dos integrantes de uma rede que se expandia rapidamente surgiu quase que em paralelo. E, nesse instante, a transferência de conhecimentos começa a ser repassada aos Legislativos Estaduais, às Universidades, às empresas públicas, aos Governos Estaduais e às Câmaras Municipais de

(...) a cada dia surgem novas maneiras de usar o computador como um recurso para enriquecer e favorecer o processo de aprendizagem.

algumas capitais brasileiras que foram se interligando ao Sistema de Informações do Congresso. Toda esta rede estava fortemente apoiada nas transmissões telefônicas ponto a ponto, que importavam, de certa forma, em alto custo financeiro, além de outros problemas como o da qualidade de transmissão de dados. O treinamento para acesso e utilização ainda permaneceria centralizado por um bom tempo. Enquanto isto, a demanda da sociedade pelo acesso aos sistemas disponibilizados continuava crescendo. Começaram a aparecer no mercado softwares mais conversacionais e este processo teve uma aceleração significativa com a chegada dos microcomputadores e seus sistemas operacionais muito mais simples que os dos computadores de grande porte utilizados por aqueles sistemas do PRODASEN.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais foi uma das pioneiras na criação e alimentação de bases de dados estaduais. O PRODASEN colaborou, não só no início de seu processo de informatização, criando e armazenando bases de dados da legislação daquele Estado, mas também no treinamento de seus servidores. Mais recentemente, foi criada a Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Por seu lado, o Senado Federal, por meio da Secretaria de Documentação e Informação (atual Secretaria de Informação e Documentação) e seus órgãos subordinados, ministrava cursos e treinamentos. Assim, a então Subsecretaria de Análise (atual Subsecretaria de Informações) dava cursos presenciais de indexação de documentos, enquanto a Subsecretaria de Biblioteca treinava os bibliotecários da rede na padronização da catalogação e indexação do acervo das bibliotecas conveniadas.

Com o advento da Internet, que veio trazendo em seu bojo facilidades de acesso e conseqüente melhora das soluções de

softwares conversacionais, as necessidades educacionais mudaram de rumo. Paralelamente a este processo externo, o Senado Federal se preparou internamente para superar as suas dificuldades. Criou o Instituto do Legislativo Brasileiro – ILB e, mais recentemente, a Universidade do Legislativo, com a finalidade de administrar, coordenar, desenvolver e aplicar as necessidades de treinamento dos servidores do Senado Federal.

Há cerca de três anos nasceu, dentro do PRODASEN, um projeto ambicioso que teve por missão criar a Comunidade Virtual do Legislativo Brasileiro – o INTERLEGIS. Este projeto tornou-se viável quando o Senado Federal assinou um contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, com contrapartida financeira do governo brasileiro, para sua implementação. Um dos seus pilares é chegar às comunidades por meio do Legislativo Municipal. Foram criadas várias áreas dentro do Interlegis; dentre elas destacamos uma que enfeixa a área de nosso interesse neste artigo que é a de ensino e, agora, a de Ensino a Distância – EAD. Como dissemos anteriormente, educação está na ordem de nosso dia a dia. Nunca se falou tanto de sua importância quanto hoje. O acesso ao ensino tornou-se não só um direito dos cidadãos, mas também é a nova mola propulsora da economia baseada no conhecimento; tanto é que são grandes as expectativas em torno do EAD.

Invariavelmente, a cada dia surgem novas maneiras de usar o computador como um recurso para enriquecer e favorecer o processo de aprendizagem. As possibilidades de uso do computador como ferramenta educacional estão crescendo e os limites dessa expansão são desconhecidos. Isso demonstra que é possível alterar o que hoje está centrado no ensino para alguma

outra visão que seja centrada na aprendizagem.

As dificuldades de ordem econômica das comunidades brasileiras têm contribuído para a introdução de computadores na educação. A exemplo disto, temos o trabalho que o Ministério da Educação tem feito nesta área e, também agora, o Senado Federal, por meio do Interlegis, tem feito uso dessa ferramenta como meio de transferir conhecimento agrupado em temas de interesse dos legisladores municipais, estaduais e das comunidades. A ferramenta é disponibilizada e seu uso é mais extenso. Atende, assim, a uma ampla gama de domínios do conhecimento legislativo, da diversidade de interesses e da capacidade dos alunos. Os alunos dos Cursos de EAD do Interlegis passam ativamente a buscar e recuperar informações e conhecimentos que podem ser interligados, construindo, assim, um novo cenário na sua comunidade. Com isto, além de transferir conhecimento, o Interlegis leva cidadania.

¹ *Nova Enciclopédia Barsa*. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 2000. v. 13, p. 428.

² Privação, carência, carecimento. *Dicionário Aurélio Eletrônico*. Século XXI. Versão 3.0 – Nov. 1999.

³ Nunes, 1998 apud Braga, 1999:66.



Telma América
Venturelli
Consultora de
Educação - PNUD
Programa Interlegis



Jales Ramos Marques
Consultor de Ciência
Política - PNUD
Programa Interlegis